

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Comércio Class.: _____

Data: 21/11/91 Pg.: _____

General quer Exército na reserva ianomâmi

HÉLIO CONTRERAS
AEJC

O ex-comandante militar da Amazônia, general Euclides de Oliveira Figueiredo Filho, disse que "a reserva criada pelo presidente Collor para os índios ianomâmis não atende aos interesses brasileiros e ameaça a soberania nacional na região amazônica, porque, no mínimo, é incompleta".

Segundo o general, a criação da reserva deve disciplinar a presença de tropas do Exército e o processo de aculturação dos índios, para que eles não fiquem isolados do resto da população. Euclides Figueiredo falou na sede do Ministério da Economia, no Rio, durante a eleição da Associação dos Diplomatas da Escola Superior de Guerra (Adesg), ins-

talada naquele local.

Ele afirmou que o Congresso Nacional precisa rever a decisão do presidente da República, "para proteger a soberania". O general criticou o presidente Collor dizendo que ele "tem a preocupação de agradar organismos internacionais, com o risco da soberania Brasileira".

O militar acredita que o presidente deve explicações ao povo brasileiro. "O presidente da República pode abdicar da soberania brasileira sobre a área da reserva, que supera duas vezes a de alguns países da Europa, e está mais do que claro que organismos internacionais realizam pressões para criação de uma nação ianomâmi soberana".

Euclides Figueiredo declarou ainda que "decisões como a relativa à reserva ia-

nomâmi, no passado, transitavam pelo antigo Conselho de Segurança Nacional, que assessorava o presidente. Mas o órgão foi transformado em um Conselho de Defesa que parece não ter a mesma função".

Segundo o general, "no que se refere à reserva ianomâmi, a Secretaria para Assuntos Estratégicos (SAE) não assessorou corretamente o presidente da República. Quem orientou o presidente, orientou errado".

— Nem a Funai — disse o general Euclides — sabe quantos índios ianomâmis existem na Amazônia, enquanto a intenção do secretário Lutzemberger de mantê-los no estado primitivo atual é um equívoco histórico, porque eles têm o direito de se integrarem aos demais cidadãos brasileiros.